

# RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 2024

# RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 2024

Relatório desenvolvido para cumprimento do art. 23, inciso VII, da  
Resolução n. 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão  
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região  
Recife | 2025

# COMPOSIÇÃO

---

## Presidente

Nise Pedroso Lins de Souza <sup>1</sup>

## Vice-Presidente

Sérgio Torres Teixeira <sup>2</sup>

## Corregedor

Fábio André de Farias <sup>3</sup>

## Tribunal Pleno

Eneida Melo Correia de Araújo <sup>4</sup>

Gisane Barbosa de Araújo

Virgínia Malta Canavarro <sup>5</sup>

Ivan de Souza Valença Alves

Valdir José Silva de Carvalho

Dione Nunes Furtado da Silva

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedroso Lins de Sousa

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura

Sergio Torres Teixeira

Fábio André de Farias

Paulo Alcantara

José Luciano Alexo da Silva

Eduardo Pugliesi

Ana Cláudia Petruccelli de Lima

Solange Moura de Andrade

Milton Gouveia da Silva Filho

Larry da Silva Oliveira Filho <sup>6</sup>

Carmen Lúcia Vieira do Nascimento

Virgínio Henriques de Sá Benevides

*1 - Assumiu o cargo de Presidente do TRT-6 a partir de 8/2/2023. 2 - Assumiu o cargo de Vice-Presidente do TRT-6 a partir de 8/2/2023.*

*3 - Assumiu o cargo de Corregedor do TRT-6 a partir de 8/2/2023. 4 - Aposentadoria em 23/2/2023. 5 - Aposentadoria em 1/9/2023.*

*6 - Aposentadoria em 16/11/2023.*

# SUMÁRIO

---

<b>Apresentação</b>	<b>05</b>
<b>Composição do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão</b>	<b>06</b>
<b>Reuniões do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão</b>	<b>06</b>
<b>Gestão da Acessibilidade e Inclusão</b>	<b>07</b>
<b>Capacitação em Acessibilidade</b>	<b>08</b>
<b>Acessibilidade Comunicacional</b>	<b>10</b>
<b>Acessibilidade Tecnológica</b>	<b>11</b>
<b>Ações Realizadas em 2024</b>	<b>12</b>
<b>Capacitações em Acessibilidade e Inclusão oferecidas pela Ejud-6</b>	<b>27</b>
<b>Resultados Alcançados</b>	<b>28</b>
<b>Desafios Encontrados</b>	<b>30</b>

# APRESENTAÇÃO

A Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - trouxe uma mudança para a sociedade brasileira a fim de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução n. 401/2021, dispôs sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamentou o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão, momento no qual revogou a Resolução n. 230/2016.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da Resolução CSJT n. 386/2024, instituiu a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho, cujo objetivo é estabelecer práticas, iniciativas e condutas efetivas que visem promover, proteger e assegurar os direitos das pessoas com deficiência e enfrentar o capacitismo, no âmbito da Justiça do Trabalho.

Em 2016, o TRT-6 instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Ato TRT GP n. 508/2016) que atuou até 2022. A partir do estabelecimento das diretrizes pelo CNJ com a nova resolução, a mencionada comissão deste Tribunal foi substituída pelo Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão (SAI), com participação de magistradas, magistrados, servidoras e servidores do quadro efetivo deste Regional, com a representatividade de pessoas com deficiência.

Atualmente, a Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão (SSAI), subordinada à Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGEST), é a unidade administrativa responsável pelo assessoramento, planejamento, implementação e monitoramento de ações que tenham por objetivo a ampliação da acessibilidade e inclusão, bem como unidade de apoio executivo do SAI.

## COMPOSIÇÃO DO SUBCOMITÊ DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

---

- José Luciano Alexo da Silva - Magistrado e Coordenador do Subcomitê;
- Sheyla Bello Madeiro;
- Arthur Costa Cabral;
- Lucinéia Rodrigues de Oliveira;
- Edilson Brito Monteiro, representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Andrea Leite Guedes Pereira, representante da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Heloísa de Sousa Ferraz, representante da área de Engenharia e Arquitetura;
- Marina Célia Moraes da Silva, representante da Seção de Serviço Social;
- Barbara Ferreira Fragoso Calheiros, representante da Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão;
- Laís Sampaio Parente, representante da Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão;
- Luciana Von Söhsten, representante da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;
- Mário dos Santos Assis, representante da Escola Judicial;
- Leonardo Luiz Melo Machado, representante da Coordenadoria de Comunicação Social;
- Teresa Cristina Folha de Carvalho, representante da Divisão de Saúde;
- Cláudia Christina Araújo Correa de Oliveira Andrade, representante da Seção de Saúde Mental.

## REUNIÕES DO SUBCOMITÊ DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 2024

---

O Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão (SAI) do TRT-6 realizou 3 (três) reuniões ao longo do ano de 2024. Abaixo, seguem os links que dão acesso às atas:

[Ata da 1ª reunião de 2024 - Fevereiro](#)

[Ata da 2ª reunião de 2024 - Julho](#)

[Ata da 3ª reunião de 2024 - Setembro](#)

## GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Indicadores Res. CNJ n. 401/2021	2024
Quantidade de magistrados(as) com deficiência	01
Quantidade de servidores(as) com deficiência	79
Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	03
Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência	37
Quantidade de estagiários (as) com deficiência	02
Quantidade de trabalhadores terceirizados com deficiência	07
Quantidade de Conciliadores com deficiência	Não se aplica
Quantidade de Juízes(as) leigos(as) com deficiência	Não se aplica
Quantidade de Trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais	Não se aplica
Quantidade de Voluntários(as) com deficiência	Não se aplica
Quantidade de Aprendizes com deficiência	02

## CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE

Indicadores Res. CNJ n. 401/2021	2024
Quantidade de servidores(as) com deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	02
Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	183
Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	10
Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	545
Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.	05
Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.	0
Quantidade total de gestores(as)	260
Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	59
Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	0,23
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	0

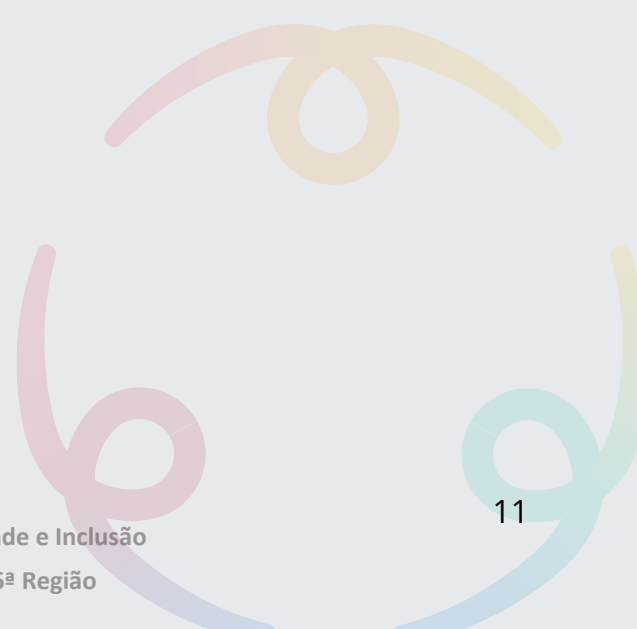
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	0
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	05
Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	02
Quantidade de Ações de promoção da inclusão	0
Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo	02
Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	01
Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.	05

## ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Indicadores Res. CNJ n. 401/2021	2024
Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.	24
Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.	805
A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?	Sim, além do Balcão Visual que está em fase de implantação, também é utilizado o whatsapp para atender pessoas surdas ou com baixa audição.
Quantidade de eventos total, presenciais ou a distância	735
Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional	28
Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.	0,04

## ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Indicadores Res. CNJ n. 401/2021	2024
O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Sim, utiliza-se o ASES, do Governo Federal.
O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	Sim, fornece programa leitor de tela, aplicativos associados a programas sintetizadores de voz, ferramenta de contraste, programa de ampliação de tela e outros.
O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Não



## AÇÕES REALIZADAS EM 2024

### Balcão Visual

**Resumo:** O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6) participa do projeto Balcão Visual que visa promover o serviço de atendimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas videoconferências com varas do trabalho, Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas, Ouvidoria, gabinetes e todas as unidades do TRT-6 que possuem esse tipo de atendimento on-line.

**Resultados e desafios:** Foi obtida como resultado a ampliação do atendimento em Libras no TRT-6, garantindo acessibilidade em videoconferências nas varas do trabalho, Centros de Mediação, Ouvidoria e gabinetes, promovendo inclusão e equidade no acesso à Justiça. Em termos de desafios temos a capacitação contínua de servidores, disponibilidade de intérpretes em tempo real e integração eficiente da tecnologia para assegurar a qualidade do atendimento.

ODS: 10, 16 e 17



<https://www.trt6.jus.br/portal/contato/balcao-virtual>

### Servidor intérprete de Libras atua na Central de Audiências Iniciais do Recife

**Resumo:** Alinhada com as normas de inclusão e acessibilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, a Central de Audiências Iniciais do Recife conta com a colaboração do servidor lotado na 2ª Vara do Trabalho de Paulista, que possui expertise na Língua Brasileira de Sinais (Libras), atuando como intérprete em sessões. Contando com apenas 100 dias úteis de funcionamento, a Central de Audiências Iniciais do Recife já realizou 6.617 audiências. Na unidade são conduzidas, no formato telepresencial, audiências iniciais das ações ajuizadas perante as Varas do Trabalho do Recife, sendo facultado às VTs a remessa ou não das ações.

**Resultados e desafios:** Maior acessibilidade para pessoas surdas nas audiências iniciais, inclusão efetiva no processo judicial e fortalecimento da comunicação entre partes, advogados e magistrados. Os desafios foram em relação a disponibilidade de intérpretes para atender a alta demanda, continuidade da iniciativa em outras unidades e aprimoramento da acessibilidade em audiências telepresenciais.

ODS: 8, 10 e 16.

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/09/20/interprete-de-libras-atua-na-central-de-audiencias-iniciais-do-recife>



### Cartilha Linguagem Simples na Justiça do Trabalho

**Resumo:** O TRT-6 publicou, em março, a cartilha Linguagem Simples na Justiça do Trabalho. O material está disponível para todo o público do TRT-6 e foi elaborada pela servidora Ana Elizabeth Japiá Mota (Ejud-6) e pelo servidor Eugenio Jerônimo (Coordenadoria de Comunicação Social do TRT-6). A cartilha apoia a Recomendação 144/23 do CNJ, abordando expressões e alternativas de comunicação voltadas para a simplificação da linguagem utilizada pela Justiça do Trabalho, visando a uma maior compreensão, acessibilidade e inclusão do público usuário.

**Resultados e desafios:** Facilitação da comunicação no TRT-6, maior compreensão das informações jurídicas pelo público e alinhamento às diretrizes do CNJ para acessibilidade e inclusão. Os desafios encontrados são em relação a disseminação do uso da linguagem simples entre magistrados e servidores, adaptação contínua de materiais jurídicos e sensibilização para a importância da comunicação acessível.

ODS: 10 e 16.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/03/07/cartilha-linguagem-simples-na-justica-do-trabalho-ja-esta-disponivel>

### TRT-6 utiliza elementos gráficos nas decisões de recursos de revista para facilitar a comunicação dos atos

**Resumo:** O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, acompanhando a atual tendência de ampliação da utilização das novas ferramentas audiovisuais para facilitação da comunicação no Poder Judiciário, aplica o “Visual Law” (ou “Legal Design”) na decisão dos Recursos de Revista como mais uma forma de implementação da Linguagem Simples na Justiça do Trabalho.

**Resultados e desafios:** Maior clareza e acessibilidade nas decisões judiciais, facilitando a compreensão dos atos processuais e promovendo transparência na comunicação jurídico. Como desafios temos a padronização do uso do Visual Law, capacitação de servidores e magistrados e adaptação contínua às demandas dos usuários do sistema judicial.

ODS: 10 e 16.

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/06/17/trt-6-utiliza-elementos-graficos-nas-decisoes-de-recursos-de-revista-para>

### **TRT-6 ganha Selo Linguagem Simples 2024, em premiação do CNJ**

**Resumo:** As iniciativas do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para promover o uso da linguagem acessível foram premiadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Selo Linguagem Simples 2024. O TRT-6 foi o único Tribunal pernambucano e um dos 10 tribunais trabalhistas do país a obter a premiação.



O Tribunal realizou, ainda, cursos sobre o assunto para diversos grupos de servidores, servidoras, magistrados e magistradas. Para alcançar o público externo, participou de debates de rádio e irá a faculdades de Direito para discutir o emprego da linguagem com estudantes. Fazem parte do projeto, o cordel “Linguagem Simples na Justiça do Trabalho” e a cartilha “Linguagem Simples na Justiça do Trabalho.”

**Resultados e desafios:** Reconhecimento nacional pelo CNJ, fortalecimento das práticas de linguagem acessível no TRT-6 e incentivo à ampliação da comunicação clara no Judiciário. Os desafios foram a manutenção e aprimoramento das iniciativas, engajamento contínuo de magistrados e servidores e ampliação do uso da linguagem simples em novas frentes.

ODS: 10, 16 e 17.

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/10/07/trt-6-ganha-selo-linguagem-simples-2024-em-premiacao-do-cnj>

### **Lançamento de nova versão do PJe trouxe tecnologia que promove acessibilidade com ferramentas de leitura de tela**

**Resumo:** A fim de otimizar a rotina de trabalho e ampliar a inclusão de pessoas com deficiência visual que utilizam o Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça do Trabalho, a versão 2.11 do sistema incorporou funcionalidade que viabiliza a leitura de documentos digitalizados com ferramentas de leitura de tela.

**Resultados e desafios:** Maior acessibilidade para pessoas com deficiência visual no PJe, inclusão efetiva no acesso aos processos e aprimoramento da usabilidade do sistema. Já os desafios foram a garantia de compatibilidade com diferentes leitores de tela, capacitação dos usuários e aprimoramento contínuo da tecnologia para melhor experiência.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/08/19/nova-versao-do-pje-incorpora-tecnologia-que-promove-acessibilidade-com>

### **Cinco novos Pontos de Inclusão Digital são instalados em Pernambuco**

**Resumo:** A população pernambucana passou a contar com mais cinco Pontos de Inclusão Digital (PIDs), estando eles distribuídos pelos municípios de Arcoverde, Palmeirina, Poção, Riacho das Almas e Pesqueira. A ideia do Ponto de Inclusão Digital é que o cidadão e a cidadã tenham um espaço para acessar os serviços virtuais oferecidos por diferentes ramos da Justiça. As salas são equipadas com computadores, câmeras, microfones, internet, etc., além disso, há sempre uma pessoa do serviço público responsável por auxiliar quem vai ao PID.

**Resultados e desafios:** Expansão do acesso digital à Justiça em Pernambuco, facilitação da participação em processos virtuais e maior inclusão de cidadãos sem acesso à tecnologia. Os desafios foram em relação a manutenção dos equipamentos, capacitação contínua dos atendentes e divulgação dos PIDs para ampliar o alcance da iniciativa.

ODS: 10 e 16.

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/07/30/cinco-novos-pontos-de-inclusao-digital-sao-instalados-em-pernambuco>

### **Formulário para elaboração de cadastro das pessoas com deficiência no âmbito do TRT-6**

**Resumo:** A Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão (SSAI) encaminhou formulário institucional para os quadros de pessoal e auxiliar do TRT-6, em consonância com as Resoluções CNJ nº 401/2021 e CSJT nº 386/2024. O presente formulário objetivou realizar um levantamento dos(as) profissionais com deficiência, integrantes dos respectivos quadros de pessoal e auxiliar, bem como identificar as necessidades de adaptação e acessibilidade e as dificuldades particulares de cada pessoa com deficiência no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

**Resultados e desafios:** Mapeamento dos terceirizados com deficiência, identificação de necessidades de acessibilidade e embasamento para futuras melhorias inclusivas no TRT-6. Engajamento do público-alvo no preenchimento e implementação das adaptações identificadas.

ODS: 8, 10 e 16.



### **Palestra “Museus, Acessibilidade e Inclusão”**

**Resumo:** O Memorial da Justiça do Trabalho da 6ª Região promoveu, em setembro, a roda de conversa “Museus, Acessibilidade e Inclusão”. O encontro fez parte da participação do Memorial na 18ª Primavera dos Museus, organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

A roda de conversa contou com a participação de três palestrantes que debateram temas relacionados à inclusão e acessibilidade. Trocaram ideias também sobre experiências no mercado de trabalho, programas de aprendizagem e o papel da inclusão em diversos espaços.

Dentre os palestrantes, estavam Ricardo Rezende, coordenador de Gestão Documental e Memória do TRT-6, Elis Regina, jovem aprendiz do TRT-6 e pessoa com síndrome de Down, bem como Jaqueline Oliveira, supervisora de Capacitação de Recursos e Relação Comercial da Inspeção Salesiana do Nordeste do Brasil.

**Resultados e desafios:** Reflexão sobre acessibilidade em museus, troca de experiências sobre inclusão no mercado de trabalho e fortalecimento do debate sobre acessibilidade cultural. Os desafios se encontram na ampliação do alcance das discussões, implementação de práticas acessíveis em espaços culturais e engajamento contínuo da sociedade no tema.

ODS: 10, 16 e 17.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/09/30/memorial-do-trt-6-promove-palestra-sobre-museus-acessibilidade-e-inclusao>

### Oficina “Maré Segura: Proteção e Direito das Marisqueiras”

**Resumo:** A oficina Maré Segura tem como objetivo alcançar as colônias de pescadores na costa pernambucana, promovendo informação, saúde e qualidade de vida. A intervenção foi realizada por meio de oficina - na Colônia de Pescadores Z1, no bairro do Pina - na qual foram abordados temas como direitos previdenciários, violência doméstica, prevenção de doenças de pele relacionadas à mariscagem, prevenção do câncer de pele e exercícios de alongamento para evitar LER e DORT. Além disso, foram distribuídos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como camisas UV, protetores solares e bonés para proteção solar. Das 100 marisqueiras inscritas, 95 participaram da oficina, com participação integral.

**Resultados e desafios:** Conscientização das marisqueiras sobre direitos e saúde, prevenção de doenças ocupacionais e distribuição de EPIs para melhorar as condições de trabalho.

**Desafios:** Expansão do projeto para outras colônias, continuidade do suporte às trabalhadoras e fortalecimento das políticas de proteção social.

ODS: 3, 5, 8, 10, 11, 16, 17.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/11/13/oficina-mare-segura-leva-informacao-e-inclusao-para-marisqueiras-do-recife>

### Legenda, Libras e Texto Alternativo nas Comunicações

**Resumo:** Com o intuito de tornar as comunicações acessíveis e de ampliar o alcance das informações, o TRT-6 disponibilizou recursos de legenda e de Libras nos seus vídeos institucionais, no youtube. Além disso, as comunicações na página do Instagram do TRT-6 também possuem texto alternativo, recurso que descreve em forma de texto as imagens que ilustram as publicações.

**Resultados e Desafios:** Maior acessibilidade e inclusão nas comunicações do TRT-6, ampliando o alcance das informações para pessoas com deficiência auditiva e visual.

**Desafios:** Manter a qualidade e precisão das legendas, da interpretação em Libras e dos textos alternativos, garantindo atualizações contínuas e acessibilidade eficaz.

ODS: 10 e 16

## Celebração do Dia Internacional da Síndrome de Down

**Resumo:** O Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com o apoio da Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão, promoveu evento especial em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down. Sob o tema da acessibilidade e autonomia, foi realizada uma Roda de Conversa, reunindo servidoras e servidores que são mães e pais de crianças com trissomia do cromossomo 21. Também participou do evento, Humberto Suassuna, graduado em Educação Física e atualmente cursando Farmácia, que trouxe uma perspectiva pessoal sobre inclusão e autonomia das pessoas com Down.

**Resultados e Desafios:** Sensibilização e troca de experiências entre servidores, promovendo maior compreensão sobre inclusão e autonomia das pessoas com Síndrome de Down. Os desafios foram ampliar a participação e o engajamento, garantindo a continuidade do debate e o fortalecimento de práticas inclusivas no ambiente de trabalho.

ODS: 10 e 16.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/03/22/roda-de-conversa-marcou-dia-internacional-da-sindrome-de-down-no-trt-6>

## Roda de Conversa sobre Transtorno do Espectro Autista

**Resumo:** O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região celebrou o Dia Mundial de Conscientização do Autismo (comemorado em 2 de abril). Organizado pela Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão e pelo Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão e com mediação da assistente social do TRT-6, Marina Moraes, o evento trouxe uma roda de conversa com pais e mães com filhos que possuem o transtorno do espectro autista.

**Resultados e desafios:** Estímulo à troca de experiências, maior conscientização e fortalecimento do apoio a famílias de pessoas com TEA no TRT-6.

**Desafios:** Expandir o alcance da iniciativa e promover ações contínuas para ampliar a inclusão e o suporte dentro do ambiente institucional.

ODS: 10 e 16.

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/04/12/trt-6-promoveu-roda-de-conversa-sobre-transtorno-do-espectro-autista>

### **Palestra “Dia Nacional da Pessoa com Deficiência: a maior barreira é a atitude”**

**Resumo:** O Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, por intermédio da Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão (SSAI), coordenou a iniciativa, que contou com três palestras. Lotada na Divisão de Serviço Social do TRT-6, pessoa com deficiência visual, a servidora Suellen Gomes fez a abertura do encontro. Na sequência, fez a apresentação da primeira palestrante, a jornalista, empreendedora social e multiplicadora da inclusão Daniela Rorato. Finalizando a tarde, Raíssa Maria, PcD, pós-graduada em Políticas Públicas pela Fafire e graduanda em Direito na Unicap, também lembrou dos desafios que teve que enfrentar para vencer obstáculos e desconfianças durante sua formação educacional. Atualmente, Raissa dirige sua atenção ao estudo de tecnologias assistivas, capazes de promover uma comunicação mais acessível nas redes sociais, por exemplo.

**Resultados e desafios:** Foi possível a reflexão sobre barreiras atitudinais, incentivo à inclusão e disseminação de conhecimento sobre acessibilidade e tecnologias assistivas. Em relação aos desafios, foi possível verificar que é necessário ampliar o alcance da sensibilização e promover mudanças culturais que garantam a efetiva inclusão de pessoas com deficiência.

ODS: 10 e 16.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/09/25/palestra-celebra-dia-nacional-de-luta-da-pessoa-com-deficiencia>

### **Palestra “A Inserção de pessoas trans e travestis no mercado de trabalho”**

**Resumo:** Para marcar a celebração do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+ (28 de junho), o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região recebeu a palestra “A inserção de pessoas trans e travestis no mercado de trabalho”. O encontro foi uma organização conjunta do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, do Subcomitê de Igualdade de Gênero, Raça, Diversidade e Equidade, da Divisão de Saúde - Seção de Serviço Social e da Escola Judicial da instituição. As mulheres trans Samantha Vallentine Souza e Jermaryr Cardoso dos Santos foram as palestrantes do evento.

**Resultados e desafios:** Promoção do debate sobre inclusão de pessoas trans e travestis no mercado de trabalho, sensibilizando para a importância da diversidade e equidade. Ampliar a conscientização e incentivar práticas que favoreçam a empregabilidade e a inclusão efetiva dessa população são os desafios identificados.



ODS: 5, 8, 10 e 16.

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/06/28/palestra-debate-mercado-de-trabalho-para-pessoas-trans-e-travestis>

### Letramento para a diversidade: (Re)aprender para incluir

**Resumo:** O Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade promoveu, na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, o evento "Letramento para a diversidade: (Re)aprender para incluir". Iniciando com a oficina "Tecendo diálogos interseccionais: gênero, raça, classe e sexualidades nas tramas das relações de poder e da inclusão", as e os participantes puderam refletir sobre como o racismo estrutural impacta a vida de cada uma/um. A professora doutora da Universidade Federal de Pernambuco Dayse Cabral de Moura conduziu abordagens sensíveis que expunham como parte da população brasileira que detém privilégios, enquanto outra convive rotineiramente com violências. Violências essas que acontecem até mesmo através da linguagem, das palavras usadas. Na sequência, a atriz Odailta Alves apresentou o espetáculo "Clamor Negro", que através do teatro e da poesia, promove reflexões sobre a realidade da mulher negra. O monólogo recebeu o prêmio Pernalonga de Teatro.

**Resultados e desafios:** Reflexão sobre desigualdades estruturais, sensibilização para a inclusão e incentivo a práticas antirracistas e equitativas no ambiente institucional. Foi percebido como desafios a a transformação das reflexões em ações concretas para a promoção da diversidade e da equidade.

ODS: 10 e 16.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/11/29/trt-6-realiza-evento-letramento-para-diversidade-reaprender-para-incluir>

## Programa Trabalho Seguro promove encontro voltado à proteção da mulher

**Resumo:** O Programa Trabalho Seguro do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em parceria com a Universidade Salgado de Oliveira, promoveu o Encontro Proteção à Mulher e Saúde Feminina. O evento faz parte das programações do Mês da Mulher (março), mas precisou ser realizado apenas no dia 9 de abril por questões de saúde das palestrantes e por conta das fortes chuvas em datas marcadas anteriormente. Realizado no auditório do Centro Universo Recife, na Imbiribeira, o seminário teve na programação as palestras Proteção à saúde mental das mulheres vítimas de violências, com a professora e psicóloga Laura Pedrosa (CRP 02/11.776); Proteção da saúde e segurança da mulher trabalhadora, com a coordenadora do Programa Trabalho Seguro do TRT-6, juíza Sarah Yolanda; Proteção à mulher na esfera penal, com a promotora de Justiça Dalva Cabral; e Proteção da mulher com deficiência contra práticas capacitistas, com a servidora da Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão do TRT-6 Camila Lucena. A recepção do evento foi feita pelos jovens do Clube dos Girassóis, em celebração ao Dia Internacional da Síndrome de Down (21 de março).

Idealizado para concretizar as diretrizes “educação para a prevenção” e “diálogo social”, o evento foi voltado para o público feminino e composto, majoritariamente, pelas estudantes de graduação dos cursos de Direito e de Psicologia da Universo e pelas mulheres da Comunidade do Sítio Grande, por meio do Instituto Arteducar. Quem também participou foram as coordenadoras da instituição de ensino Janeide Melo, do curso de psicologia, e Kalyne Monte, do Núcleo de Prática Jurídica e de Extensão.

**Resultados e desafios:** Fortalecimento do debate sobre a proteção da mulher, com foco na saúde, segurança e direitos, alcançando estudantes e comunidades. Ampliar a abrangência das discussões e garantir a continuidade de ações preventivas e educativas sobre a temática são os desafios identificados.

ODS: 5, 8, 10, 16 e 17.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/04/17/programa-trabalho-seguro-promove-encontro-voltado-protECAo-da-mulher>

### Campanha “Em pauta a Melhor Idade”

**Resumo:** O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região promoveu a primeira edição da campanha Em Pauta a Melhor Idade: um reconhecimento à contribuição da pessoa idosa. Na terça-feira (29/10), todos os Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do TRT-6 voltaram-se para acordos em processos envolvendo pessoas com 60 anos ou mais. Dentro do evento, nos oito Centros de Conciliação (2º Grau, Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Caruaru, Goiana e Petrolina) foram agendadas 49 audiências (presenciais e por videoconferência). O objetivo é fomentar ainda mais a participação das pessoas idosas nesse amplo projeto de pacificação, com a inclusão em pauta de mais audiências de tentativa de conciliação em processos que figurem idosos e idosas, em ao menos um dos polos.

**Resultados e desafios:** Incentivo à participação de pessoas idosas em processos de conciliação, promovendo acesso ágil à justiça e valorização de seus direitos. É identificado como desafios a ampliação a adesão à campanha e o fortalecimento da cultura da conciliação para esse público, garantindo maior efetividade nas resoluções.

ODS: 8, 10 e 16.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/10/29/trt-6-realiza-campanha-em-pauta-melhor-idade>

### Campanha “Elas em Pauta”

**Resumo:** Durante todo o mês de março, que marca o Dia Internacional da Mulher (8), a Justiça do Trabalho em todo o país promoveu o projeto “Elas em Pauta”. A ação concentrou as pautas de conciliação dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs) com processos que tenham mulheres entre as partes. Criado em 2022 na 8ª Vara do Trabalho do Recife pela juíza Andréa Keust, o “Elas em Pauta” foi ampliado para todo o estado em 2023.

**Resultados e desafios:** Maior incentivo à conciliação em processos envolvendo mulheres, promovendo celeridade e acesso à justiça de forma equitativa.

**Desafios:** Expandir o alcance da campanha e fortalecer a cultura da resolução consensual de conflitos para garantir mais efetividade nos acordos.

ODS: 5, 8, 10 e 16.

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/03/04/centros-de-conciliacao-trabalhista-vaio-dedicar-pautas-que-tenham-mulheres-como>

## Conciliar e Incluir: Conciliação Trabalhista em prol da luta da pessoa com deficiência

**Resumo:** O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região realizou, no dia 11 de setembro, ação coordenada de priorização de conciliação trabalhista que envolvesse processos em que pelo menos uma das partes seja Pessoa com Deficiência (PcD) em todos os Centros de Conciliação de Pernambuco. A iniciativa fez parte de um esforço nacional capitaneado pelo Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Superior do Trabalho (Cejuscs/TST) e surge em virtude da Semana Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, que ocorreu de 21 a 28 de setembro.

Os resultados da pauta temática foram apresentados no "Seminário Ativismo para a Luta Anticapacitista no Trabalho", que ocorreu no dia 24 de setembro, no TST. A proposta do evento foi estimular a reflexão sobre a acessibilidade e a inclusão e apresentar iniciativas desenvolvidas na Justiça do Trabalho. Participaram ministras, ministros, gestoras, gestores, servidoras e servidores do TST, magistradas, magistrados e representantes das Comissões de Acessibilidade e Inclusão dos TRTs. Neste ano, parte da carga horária compôs o currículo de formação inicial das pessoas que tomaram posse nos cargos de juíza e juiz do Trabalho substitutos.

**Resultados e desafios:** A ação de conciliação trabalhista com foco em Pessoas com Deficiência (PcD) trouxe maior visibilidade à inclusão no trabalho e foi um passo importante para a reflexão sobre acessibilidade. Os resultados foram apresentados no seminário do TST, e a temática foi incorporada na formação de novos juízes do Trabalho. O principal desafio é garantir a implementação contínua de práticas inclusivas e o respeito aos direitos das PcDs nas empresas e na Justiça do Trabalho.

ODS: 8, 10, 16 e 17.

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/08/30/acao-coordenada-de-cejuscs-priorizara-conciliacoes-que-envolvam-pessoas-com>



## **TRT-6 assina acordo para a contratação de terceirizadas em situação de vulnerabilidade econômica e social**

**Resumo:** O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) assinou um acordo de cooperação técnica com a Secretaria da Mulher de Pernambuco para a contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social. A partir do convênio, as contratações terceirizadas do Tribunal vão assegurar 5% das vagas para mulheres atendidas pelos programas de acolhimento da SecMulher - que ficará responsável pela indicação dos nomes.

**Resultados e desafios:** A ação resultou na assinatura de um acordo entre o TRT-6 e a Secretaria da Mulher de Pernambuco, garantindo 5% das vagas de terceirização para mulheres em situação de vulnerabilidade. Esse convênio visa promover a inclusão social e econômica de mulheres atendidas pelos programas de acolhimento da SecMulher.

O desafio está na efetiva integração dessas mulheres no mercado de trabalho, garantindo que as contratações sejam sustentáveis e que elas recebam o apoio necessário para superar as barreiras da vulnerabilidade.

ODS: 5, 8, 10, 16 e 17.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/08/28/trt-6-assina-acordo-para-contratacao-de-terceirizadas-em-situacao-de>

## **Doação de cadeira de rodas pela arrecadação de lacres de latinhas**

**Resumo:** Em junho, a Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão (SSAI) entregou uma cadeira de rodas para a Associação Rodas da Liberdade, localizada em Porto de Galinhas. Essa ação é fruto de um projeto iniciado em setembro de 2023, em parceria com as instituições Tia Sônia e Lacre do Bem, que têm por objetivo a arrecadação de lacres de latinhas para obtenção de cadeiras de rodas destinadas à doação. Ao todo, foram arrecadados 352.800 lacres, o equivalente a 105 kg de lacres e 140 garrafas PET de 2 litros. Os lacres podem ser depositados no coletor localizado no térreo do edifício-sede.

**Resultados e desafios:** A ação resultou na entrega de uma cadeira de rodas para a Associação Rodas da Liberdade, em Porto de Galinhas, após a arrecadação de 352.800 lacres, equivalente a 105 kg. A iniciativa, em parceria com as instituições Tia Sônia e Lacre do Bem, visa promover a inclusão de pessoas com deficiência por meio da coleta de lacres. O desafio está em aumentar a participação da comunidade na arrecadação contínua de lacres e garantir que a iniciativa atenda um número maior de pessoas em situação de necessidade.

ODS: 3, 10, 11, 16 e 17.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/06/06/trt-6-faz-doacao-de-cadeira-de-rodas-para-associacao-beneficente>

### **TRT-6 participa de curso sobre protocolo de atendimento a pessoas com autismo**

**Resumo:** A instrução formou multiplicadoras e multiplicadores para a capacitação de policiais judiciais do Poder Judiciário para lidar com pessoas no Transtorno do Espectro Autista. Ao longo do curso, os/as participantes receberam instruções detalhadas em três eixos: identificação, atendimento e gerenciamento de crise. A capacitação incluiu módulos teóricos, estudos de caso e exercícios práticos, permitindo que os/as policiais desenvolvessem habilidades essenciais para o desempenho de suas funções com acolhimento e respeito à dignidade humana.

**Resultados e desafios:** A ação resultou na capacitação de policiais judiciais para identificar, atender e gerenciar crises com pessoas no Transtorno do Espectro Autista, por meio de módulos teóricos, estudos de caso e exercícios práticos.

O desafio é garantir que as habilidades adquiridas sejam efetivamente aplicadas no cotidiano e que haja continuidade na formação de novos profissionais para um atendimento mais inclusivo e respeitoso.

ODS: 10 e 16.



<https://www.cnj.jus.br/curso-vai-treinar-policiais-judiciais-para-uso-de-protocolo-de-atendimento-a-autistas/>

## Campanha “Terceira Idade: nossa prioridade”

**Resumo:** O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, por intermédio da Corregedoria Regional e do Subcomitê para Promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas Idosas, promoveu, no mês de setembro, a campanha “Terceira Idade: nossa prioridade”. O objetivo era priorizar, até 1º de outubro, a resolução de tarefas pendentes relativas a processos das varas do trabalho do TRT-6 que envolvam pessoas idosas. Na data, comemora-se o Dia Internacional da Terceira Idade e o Dia Nacional do Idoso. Para isso, a Corregedoria Regional coordenou iniciativas no sentido de mobilizar todas as unidades do primeiro e segundo graus envolvidas nesse processo decisório. A ideia foi de antecipar os julgamentos que tinham como parte pessoas idosas, demonstrando o compromisso institucional do TRT-6 com o respeito à melhor idade.

**Resultados e desafios:** A campanha priorizou a resolução de processos envolvendo pessoas idosas até o Dia Internacional da Terceira Idade, com a mobilização das unidades do TRT-6 para antecipar os julgamentos. O objetivo foi demonstrar o compromisso institucional com a atenção e respeito à melhor idade. O desafio está em garantir que a prioridade seja mantida continuamente, não apenas em datas específicas, e que os processos envolvendo idosos sejam tratados de forma ágil e eficiente ao longo do ano.

ODS: 8, 10 e 16.



<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2024/09/26/trt-6-promove-campanha-terceira-idade-nossa-prioridade>

## **CAPACITAÇÕES EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO OFERECIDAS PELA ESCOLA JUDICIAL DO TRT-6 (EJUD-6)**

---

- Acessibilidade em espaços edificados de uso público (convênio Escola Nacional de Administração Pública (Enap)- Justiça do Trabalho (JT));
- Introdução à Libras (convênio Enap-JT);
- Primeiros passos para uso de Linguagem Simples (convênio Enap-JT);
- Identidade de Gênero - histórias, conceitos e trajetórias (EaD - Autoinstrucional);
- Identidade Negra: conceitos, lutas e resistência (EaD - Autoinstrucional);
- Formação Continuada sobre Julgamento com Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça (ENAMAT);
- “Linguagem Simples no Poder Judiciário Brasileiro”;
- Letramento em equidade racial e diversidade para combate à discriminação;
- Curso Básico de Atendimento em Libras na Justiça do Trabalho (EaD Autoinstrucional);
- Letramento Racial: Por uma Perspectiva Antidiscriminatória;
- Relações étnico-raciais com ênfase na formação de bancas de heteroidentificação;
- Letramento em Diversidade: (re) pensando o Direito do Trabalho a partir dos territórios - o que o Direito do Trabalho tem a aprender com as pessoas travestis e transexuais?;
- Identidade Negra: conceitos, lutas e resistência (EaD - Autoinstrucional);
- Inclusão de gênero na ponta da língua (convênio Enap-JT);
- Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar? (convênio Enap-JT);
- Primeiros passos para uso de Linguagem Simples (convênio Enap-JT);
- Acessibilidade na Comunicação (convênio Enap-JT).

## RESULTADOS ALCANÇADOS

---

No ano de 2024, o TRT-6 reafirmou o seu compromisso com a promoção da acessibilidade e da inclusão no Regional, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ao total, foram mais de 24 (vinte e quatro) ações realizadas em torno destas temáticas, isto é, cerca de 2 ações por mês, as quais perpassaram as acessibilidades digital, comunicacional, atitudinal e física.

No âmbito da acessibilidade atitudinal, o TRT-6 promoveu encontros abertos aos servidores(as) e ao público externo em importantes datas, tais como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down, o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência e o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+. Estes e outros eventos contaram com diferentes formatos (roda de conversa, palestra, oficina) e convidados, com o intuito de debater e de combater o capacitismo na sociedade, bem como fomentar a igualdade e a justiça entre todos e todas.

Ademais, no que diz respeito à acessibilidade comunicacional, o Tribunal realizou um extenso trabalho de divulgação e de incentivo ao uso da linguagem simples. Dentre algumas das ações realizadas, estão a cartilha, as capacitações e as visitas às faculdades de Direito. Em razão deste importante trabalho, o TRT-6 foi premiado em solenidade do CNJ e recebeu o Selo Linguagem Simples 2024.

As acessibilidades digital e tecnológica também estiveram presentes nas ações do TRT-6 em 2024. Destacam-se, sobretudo, a instalação de cinco novos Pontos de Inclusão Digital (PIDs) em municípios do interior do estado, o Balcão Visual (projeto do TRT-15 que o TRT-6 aderiu) e a tecnologia de leitura de tela no PJe. Além disso, na criação do Cadastro das Pessoas com Deficiência no âmbito do TRT-6, o TRT-6 consultou o quadro de pessoal sobre as tecnologias e os recursos assistivos indispensáveis ao pleno desempenho das atividades, a fim de realizar os ajustes que se fizessem necessários.

Sendo assim, avaliamos os esforços empenhados no ano de 2024 como preponderantemente positivos, pois colaboraram para a construção de uma Justiça mais acessível e igualitária por meio de ações plurais que conseguiram abranger os mais diversos grupos de pessoas, embora saibamos do longo caminho que ainda precisamos percorrer.

## DESAFIOS ENCONTRADOS

---

Embora os resultados das ações de 2024 tenham sido em sua maioria positivos, alguns desafios foram visualizados na execução. Destaca-se, principalmente, a dificuldade em atrair um maior número de pessoas para os eventos promovidos. Embora haja um esforço contínuo de divulgação, ainda é bastante inexpressivo o público que comparece às palestras, rodas de conversa e debates.

Também foi observada dificuldade semelhante nas capacitações oferecidas pela Escola Judicial do TRT-6 (Ejud-6). De acordo com os números repassados pela Ejud-6, o quantitativo de servidores(as) que realizaram cursos nas temáticas de acessibilidade e de inclusão ainda está bastante aquém do desejado.

Dessa maneira, os desafios para 2025 são aumentar o número de pessoas participando dos eventos e das capacitações do TRT-6 e expandir as iniciativas promovidas, a fim de reforçar a acessibilidade a inclusão como valores a serem seguidos institucionalmente e pela sociedade.

Relatório de Acessibilidade e Inclusão 2024

Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão  
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

